

A. I. N° - 269181.0905/03-8
AUTUADO - EDVALDO DE BRITO
AUTUANTE - SIDNEI RIBEIRO ALBUQUERQUE
ORIGEM - INFAZ SANTO AMARO
INTERNET - 26.02.04

2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0037-02/04

EMENTA: ICMS. 1. SIMBAHIA. a) EMPRESA DE PEQUENO PORTE. FALTA DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO; **b)** MICROEMPRESA. FALTA DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO. **c)** MICROEMPRESA. RECOLHIMENTO A MENOS DO IMPOSTO. Infrações reconhecidas pelo autuado. **2. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS SUJEITAS AO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. a)** FALTA DE RECOLHIMENTO e **b)** RECOLHIMENTO A MENOS. Exigências subsistentes, após análise das provas documentais. **3. CONTA “CAIXA”. SALDO CREDOR. PRESUNÇÃO LEGAL DE OPERAÇÕES MERCANTIS NÃO CONTABILIZADAS. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO.** Tal constatação indica pagamentos com receitas decorrentes de operações anteriormente realizadas e também não contabilizadas. Infração parcialmente subsistente, após adequação ao regime SIMBAHIA. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 26/09/2003, exige o ICMS no montante de R\$14.339,86, em razão:

1. da falta de recolhimento do ICMS, no valor de R\$229,04, na condição de Empresa de Pequeno Porte, enquadrada no Regime SIMBAHIA, referente ao mês de março/2001, consoante demonstrativos e documentos às fls. 13 a 304 dos autos;
2. da falta de recolhimento do ICMS, no valor de R\$200,00, na condição de Microempresa, enquadrada no Regime SIMBAHIA, referente aos meses de maio e agosto/2001, consoante demonstrativos e documentos às fls. 13 a 304 dos autos;
3. do recolhimento a menos do ICMS, no valor de R\$320,00, na condição de Microempresa, enquadrada no Regime SIMBAHIA, referente aos meses de setembro a dezembro/2001, consoante demonstrativos e documentos às fls. 13 a 304 dos autos;
4. da falta de antecipação do ICMS, no valor de R\$2.650,22, relativo às aquisições interestaduais de mercadorias sujeitas a substituição tributária, ocorridas nos meses de junho e julho/2001, conforme documentos às fls. 307 a 313 dos autos;
5. da antecipação a menos do ICMS, no valor de R\$147,06, relativo às aquisições interestaduais de mercadorias sujeitas a substituição tributária, ocorridas nos meses de março, agosto, outubro e novembro/2001, conforme documentos às fls. 316 a 327 dos autos, e
6. da omissão de saídas de mercadorias tributáveis apurada através de saldo credor na Conta Caixa, com imposto reclamado de R\$10.793,54, na condição de contribuinte do SIMBAHIA, inerente aos exercícios de 2000 e 2001, conforme documentos às fls. 330 a 339 dos autos.

Na impugnação à imposição fiscal, às fls. 343 a 346 dos autos, o sujeito passivo reconhece o débito relativo às infrações 01, 02 e 03 do Auto de Infração e argui total improcedência quanto as

demais exigências, sob a alegação de que o autuante considerou notas fiscais do CFAMT jamais adquiridas pelo contribuinte. Assevera que não realizou tais aquisições e, conseqüentemente, não está obrigado ao pagamento do imposto relativo às infrações 04, 05 e 06 do Auto de Infração. Assim, entende que tais documentos fiscais não possuem nenhum valor probatório, atribuindo a possibilidade de fraude por parte de terceiros. Por fim, requer revisão fiscal a fim de se comprovar a ilegalidade da autuação, bem como a veracidade das notas fiscais.

O autuante, em sua informação fiscal, às fls. 347 a 351, esclarece que a quarta infração diz respeito às aquisições interestaduais de biscoitos, adquiridas através das notas fiscais: 160, 104591, 1267 e 1994, anexas às fls. 307/313 do PAF. Ressalta que tais documentos fiscais foram apresentados pelo próprio contribuinte e estão, inclusive, com carimbo de “CONTABILIZADO”. Assim, entende totalmente descabida a alegação de defesa.

Quanto à quinta infração, relativa ao recolhimento a menos da antecipação tributária do ICMS, refere-se às aquisições interestaduais de biscoitos e vinhos, adquiridas através das notas fiscais: 1311, 112427, 119928, 123120 e 4980, conforme fls. 316 a 327 dos autos, também apresentadas pelo próprio contribuinte, constando nas mesmas “CONTABILIZADO”.

Por fim, relativa à sexta infração, registra que o saldo credor na Conta Caixa resultou da consideração dos valores das receitas de vendas e dos valores de desembolsos a exemplo de recolhimento de ICMS, compras apuradas através de notas fiscais entregues pelo contribuinte e arrecadadas pelo CFAMT. Destaca que o autuado não faz nenhum tipo de comprovação da sua alegação de que não realizou tais operações. Relaciona os valores das notas fiscais do CFAMT e conclui que mesmo não as considerando na auditoria de caixa, assim como outros desembolsos como energia, telecomunicações e pessoal, o levantamento resultaria saldo credor. Assim, mantém a autuação.

VOTO

Da análise das peças processuais constato que o autuado reconhece integralmente as três primeiras exigências, assim, a lide restringe-se apenas às infrações 04 a 06 do Auto de Infração.

Inicialmente, rejeito o pedido do contribuinte de revisão fiscal, pois todas as acusações fiscais estão devidamente instruídas com os documentos fiscais, sendo desnecessário tal expediente.

Deve-se ressaltar que os documentos fiscais arrecadados pelo sistema CFAMT, anexos ao processo, referem-se à via do fisco, os quais comprovam e respaldam plenamente a acusação fiscal, visto que as inúmeras notas fiscais foram coletadas nos postos fiscais do trajeto das referidas mercadorias, sendo prova suficiente da realização das operações e de suas aquisições pelo destinatário. Assim, é descabida a alegação de defesa de que jamais realizou tais operações.

Quanto ao mérito, observo que o sujeito passivo em sua impugnação não apresentou qualquer alegação ou prova, a exemplo de documentos, levantamentos e demonstrativos, que viesse a destituir as acusações fiscais, especialmente no tocante as infrações 04 e 05, cujos documentos foram fornecidos pelo próprio contribuinte, pois neles estão consignados o carimbo de “CONTABILIZADO”, conforme pode-se verificar às fls. 309 a 313 e 320 a 326 dos autos.

Contudo, no tocante a sexta infração, relativa a Auditoria de Caixa nos exercícios de 2000 e 2001, com data de ocorrência em 31/12/2000 e 31/12/2001, por incorrer o contribuinte na prática de infração de natureza grave, sujeita-se a exigência do imposto com base nos critérios e nas alíquotas aplicáveis às operações normais, concedendo-se o crédito de 8% sobre o valor da omissão, nos termos do art. 19, §1º, da Lei n.º 7.357/98, alterada pela Lei n.º 8.534/02, por ser mais benéfico ao autuado que a aplicação da Orientação Normativa 01/2002, conforme procedido à fl. 330 do PAF, o que resulta no valor exigido de R\$7.651,94, consoante demonstrativo a seguir:

DEMONSTRATIVO DO DÉBITO - AUDITORIA DE CAIXA (Infração 06)

Data da Ocorrência	SALDO CREDOR	ICMS (17%)	Crédito (8%)	ICMS Devido
31/12/00	37.056,30	6.299,57	2.964,50	3.335,07
31/12/01	47.965,27	8.154,10	3.837,22	4.316,87
TOTAL	85.021,57	14.453,67	6.801,73	7.651,94

Do exposto, voto pela PROCEDÊNCIA EM PARTE do Auto de Infração, no valor de R\$11.198,26.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **269181.0905/03-8**, lavrado contra **EDVALDO DE BRITO**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$11.198,26**, acrescido das multas de 50% sobre R\$749,04; 60% sobre R\$2.797,28 e 70% sobre R\$7.651,94, previstas, respectivamente, no art. 42, I, “b-3”; II, “d”, e III, da Lei n.º 7.014/96, e demais acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 17 de fevereiro de 2004.

FERNANDO A. BRITO DE ARAÚJO – PRESIDENTE/ RELATOR

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA - JULGADOR

JOSÉ CARLOS BACELAR - JULGADOR